VIABILIDADE JURÍDICA E SOCIOECONÔMICA DO CULTIVO DE CANNABIS PARA FINS MEDICINAIS: perspectivas no direito agrário e no direito sanitário

Eldson Pedroso da Silva
Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito, Faculdade Cathedral de Boa Vista - RR.
E-mail: pedrosoe02@gmail.com

Luiz Fernandes Machado Mendes
Professor Doutor, coordenador do Curso de Bacharelado em Direito, Faculdade Cathedral de Boa Vista - RR.
E-mail: direito@cathedral.edu.br

O presente resumo simples aborda a viabilidade jurídica e socioeconômica do cultivo de cannabis para fins medicinais no Brasil, considerando a relação entre direito à saúde, regulação sanitária, Direito Agrário, segurança jurídica e políticas públicas. O objetivo é analisar de que modo as lacunas regulatórias sobre o cultivo e a destinação da cannabis medicinal afetam o acesso terapêutico, a fiscalização estatal, a proteção da saúde pública e a organização de cadeias produtivas lícitas e controladas. A problemática investiga como a ausência de um marco normativo claro e sistemático contribui para a insegurança jurídica, a judicialização, o aumento dos custos dos tratamentos, a desigualdade no acesso dos pacientes e a dificuldade de controle institucional sobre atividades sensíveis. O método utilizado foi a pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise de normas constitucionais, legislação infraconstitucional, atos administrativos, doutrina jurídica e estudos relacionados ao Direito Sanitário, ao Direito Agrário, à política de drogas e à judicialização da saúde. Conclui-se que a viabilidade jurídica e socioeconômica do tema depende da construção de um modelo regulatório mais claro, integrado e tecnicamente orientado, capaz de conciliar o direito fundamental à saúde, a segurança sanitária, o licenciamento, a rastreabilidade, a prevenção de desvio, a fiscalização efetiva e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Palavras-Chave: Cannabis Medicinal. Direito à Saúde. Regulação Sanitária. Direito Agrário. Segurança Jurídica.